

DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES EM ARACAJU

Edilma Messias Porto¹
Carlos Alberto Vasconcelos²

RESUMO

Este trabalho traz reflexões sobre a política de formação continuada de professores oferecida pela Secretaria Municipal de Educação (Semed) de Aracaju (SE), através do Centro de Aperfeiçoamento e Formação Continuada de Educação (Ceafe), aos docentes do Ensino Fundamental, público-alvo do centro, especificamente, os de língua portuguesa. Quanto à metodologia, o texto tem caráter exploratório, já que nos baseamos em documentos normativos e orientadores de Aracaju que norteiam a política pública de formação continuada, usando como procedimento a análise documental. O objetivo deste trabalho é analisar como é executada a política pública de formação continuada de professores na capital sergipana, através do Ceafe, principalmente, em língua portuguesa, contribuindo, assim, para aferir seu impacto no possível aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem. Para tanto, buscamos apoio em estudos de Tardif (2014) sobre as relações entre os saberes, de Nóvoa (2022) quanto à necessária união entre o eu profissional e eu pessoal, e de Gatti (2019) a respeito da valorização da formação dos professores como uma questão social, além de analisarmos documentos que norteiam a política pública de formação continuada, tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a Lei Municipal nº 1.350/1988 e a Portaria Municipal nº 29/2002, entre outros. Com base em tais referências, busca-se refletir sobre a formação continuada de professores e as políticas públicas. Por fim, abordamos o modo como vem acontecendo nos últimos anos a formação na rede pública de ensino em Aracaju.

Palavras-chave: Ensino-Aprendizagem de Língua Portuguesa, Formação Continuada, Política Pública.

INTRODUÇÃO

A dinamicidade do mundo contemporâneo exige dos sujeitos históricos sociais uma constante atualização para poder acompanhar as mudanças rápidas e voláteis que marcam a sociedade do século XXI. Diante desse cenário de liquidez, na qual a educação está inserida, popularizam-se recursos tecnológicos modernos, com rápida disseminação de informações (verídicas ou *fake news*), através de equipamentos usados na palma da mão dos alunos, desejosos por um ambiente escolar motivador e inovador, apto a se renovar a cada instante. Além das políticas públicas necessárias para essa inovação, quem mais seria responsável por atender a essa demanda desejosa por mudanças constantes?

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino da Rede Nordeste de Ensino (Renoen) pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: edilmaporto@yahoo.com.br.

² Orientador; professor da UFS e da Renoen. E-mail: grupo.foptic@gmail.com.



Ensinar não pode ser mais mera transmissão de conhecimento, de saberes aos alunos sentados nos bancos escolares. O conhecimento do homem se modifica e se amplia ao longo do tempo, relacionando-se com as demandas impostas pela realidade na qual está inserido, possibilitando a esse sujeito novas leituras de mundo, salientando-se que esse conhecimento, segundo Santos e Souza (2024, p. 63), designa-se na coletividade.

É esse ser mutável e coletivo que se faz presente na escola e que precisa encontrar quem possa mediar os saberes/conhecimentos a serem ampliados por meio da dinâmica escolar. Compete ao professor nortear as práticas pedagógicas capazes de conduzir uma aprendizagem significativa diante das atuais necessidades dos jovens estudantes.

Tal cenário clama por um profissional de ensino em constante atualização em relação à sua prática pedagógica. Nesse cenário, a formação inicial em uma licenciatura não é suficiente para garantir subsídios para uma prática pedagógica apta a responder aos anseios educacionais atuais em constante modificação. Gatti *et al.* (2019, p. 16) salientam:

[...] porque a tomada de consciência de determinado momento sócio-histórico em cenário de mudança acentuada pode fazer emergir alternativas de ação mais efetivas. Ou seja, problematizar a partir de pontos de referência é fundamental para compreender e agir conscientemente.

A tomada de consciência das transformações pelas quais passa o mundo é importante para compreender o quanto a formação continuada de professores é fundamental para uma virada de chave necessária em busca da qualidade da educação em nosso país. Especificamente em relação ao município de Aracaju, em Sergipe, no Nordeste brasileiro, tal percepção inquietou-me enquanto professora efetiva de língua portuguesa na rede municipal de ensino. Esse sentimento me levou a refletir sobre a política pública da formação continuada de professores conduzida pelo Centro de Aperfeiçoamento e Formação Continuada da Educação (Ceafe).

Logo, o presente texto tem o objetivo de analisar como é executada a política pública de formação continuada de professores na capital sergipana, através do Centro de Aperfeiçoamento e Formação Continuada de Educação, principalmente, em relação aos professores de língua portuguesa vinculados à Secretaria Municipal de Educação (Semed) de Aracaju.

Primeiramente, é importante pontuar: o que é uma política pública? Os programas governamentais que visam garantir direitos básicos aos cidadãos, tais como saúde, moradia,



lazer, alimentação, trabalho e educação, entre outros, são ações que pretendem salvaguardar tais direitos constitucionais a cada cidadão. No tocante à educação, as políticas públicas visam garantir o direito de cada cidadão brasileiro de ter educação de qualidade. Celso Francisco de Ó, Caio Vinicius dos Santos e Carla Cristina Biazi Lorenzi (2023, p. 4) salientam a necessidade de: “[...] incremento de políticas públicas implementadas por meio de programas governamentais e ações de afirmação de direitos, que buscam oferecer avanços sociais palpáveis na sociedade.” Esses avanços sociais são metas desejadas, a exemplo, da educação.

A formação continuada de professores como parte de uma política pública educacional governamental visa proporcionar educação de qualidade a todos os brasileiros. E de que forma essa formação continuada pode contribuir com isso e como ela é executada na Semed Aracaju?

Vale salientar que a formação continuada não deve ser confundida com formação inicial. Esta última está voltada para os estudos que levam à formação em licenciatura, distinta da continuada, que é a ampliação dos saberes do profissional da educação. Gatti (2008, p. 57, grifo nosso) explica que, apesar das inúmeras discussões conceituais sobre educação continuada, o mais importante é compreender que:

Apenas sinalizamos que, nesses estudos, ora se restringe o significado da expressão aos limites de cursos estruturados e formalizados oferecidos *após a graduação*, ou após ingresso no exercício do magistério, ora ele é tomado de modo amplo e genérico, como compreendendo *qualquer tipo de atividade que venha a contribuir para o desempenho profissional*.

Dito isso, defendemos a ideia de que a formação continuada discutida neste trabalho é toda qualificação profissional com vistas à atualização da prática docente, sendo possível ocorrer em cursos de pós-graduação, seminários, minicursos e trocas de saberes no ambiente escolar entre os pares. Será nessa constante busca reflexiva sobre a prática profissional que o docente poderá ampliar e renovar os seus saberes frente às demandas da aprendizagem que se apresentam dinâmicas no processo ensino-aprendizagem.

Ao falarmos na busca constante pela atualização do saber, não defendemos uma lista infindável de cursos a serem realizados pelo docente, já que muitos desses cursos são desconexos com a realidade educacional vivenciada pelo professor. Nessa perspectiva, Nóvoa (1992) colabora com a ideia de que a formação ocorre mediante um trabalho reflexivo crítico sobre as práticas docentes e de uma re(construção) constante da identidade profissional. Logo, o saber adquirido na graduação não pode ser o único a ser empregado para lecionar aulas. O ato de reflexão contínua é uma ação fundamental que possibilita ao docente observar a sua prática



docente a fim de ter a consciência do seu fazer docente dentro do universo educacional. Como lembra Tardif (2014), trata-se de um fazer alicerçado nos múltiplos saberes do professor.

Perante essas colocações, a formação continuada se apresenta como uma prática importante dentro do cenário educacional com vistas à oferta de uma educação de qualidade. Considerada uma política pública educacional, essa atualização profissional apresenta marcos legais que a garantem como um direito a ser oferecido a todos nós, professores da educação básica no Brasil.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei n. 9.394/1996 – traz em seu bojo artigos voltados para a garantia da formação continuada. Destacamos o artigo 62, que garante a ocorrência da formação continuada no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior. Assim, o lócus de trabalho docente é um dos espaços em que a ação-reflexão-ação pode ocorrer. Mais adiante, o artigo 67 estipula que os sistemas de ensino devem promover a valorização docente, inclusive se valendo dos estatutos e planos de carreira do magistério público, salientando que o aperfeiçoamento profissional continuado deve ocorrer com licenciamento periódico remunerado para tal fim.

No Plano Nacional de Educação (PNE) em vigência (2014-2024, prorrogado até dezembro de 2025), há a meta 16 referente à buscar por garantir que 50% dos professores da educação básica possuam formação ao nível de pós-graduação e que todos os profissionais recebam formação continuada em sua área de formação – uma atenção com a formação continuada dos professores como uma forma de se construir uma educação de qualidade para todos, em especial a ofertada na escola pública.

Sobre a meta 16, que fala sobre formar até 50% dos professores em nível de pós-graduação na educação básica, atingiu-se a porcentagem de 48% nacionalmente, segundo o relatório do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) – e sobre a formação continuada, a meta era atingir 100% dos professores, mas alcançou-se apenas o patamar de 42,7% em todo o país, com Sergipe tendo porcentagem de 45% até o ano de 2023 (Inep, 2024).

Antes de falarmos especificamente da política de formação continuada em Aracaju, é importante destacar que a Rede Nacional de Formação, da qual o Ceafe faz parte desde 2006, normatizada pela Portaria n. 1.328 de 2011, do Ministério da Educação, tem como objetivo apoiar as ações de formação continuada de profissionais do magistério da educação básica, além de atuar em articulação com os sistemas de ensino e com os Fóruns Estaduais Permanentes de



Apoio à Formação Docente. É sua competência também orientar as instituições de ensino superior sobre a produção de materiais para os cursos a distância e semipresenciais, além de atender às necessidades do Plano de Ações Articuladas (PAR) dos Sistemas de Ensino que é uma assistência técnica e financeira aos entes federativos. Saliente-se que a Rede de Formação Continuada de Professores atua na área de: alfabetização e linguagem, educação matemática e científica, ensino de ciências humanas e sociais, artes e educação física.

Esse breve caminhar sobre as políticas públicas e sobre a formação continuada possibilita refletirmos teoricamente como essa formação ocorre no município de Aracaju. Com esse fim, a pesquisa buscou documentos legais nacionais e locais para melhor esclarecimento e conhecimento sobre a educação continuada de professores. Temos, assim, uma pesquisa de cunho bibliográfico. Sobre as reflexões que aqui são propostas, busca-se compreender como essa política pública é realizada e como se dá sua contribuição ao exercício reflexivo do docente diante da sua prática pedagógica, especificamente os de língua portuguesa, tendo em vista tal componente ser o que ministro na rede. Também buscamos compreender a importância da formação continuada para o ensino e a aprendizagem da língua nativa na formação de sujeitos políglotas dentro de sua própria língua e ativos criticamente dentro da sua realidade, valendo-se da comunicação para o exercício de tal papel.

Conduzidos pelo Ceafe, os professores da rede municipal têm garantido o direito à formação continuada, dentro da sua carga horária de trabalho mensal, momento denominado de Horas de Estudo. Cursos, palestras, roda de conversas, ações no ambiente escolar compõem a série de atividades propostas aos professores da rede a fim de compartilharem e ampliarem os saberes educacionais. Na perspectiva da língua portuguesa, as discussões acabam seguindo o tema proposto na semana/mês com as singularidades apresentadas pelos docentes do referido componente curricular ao longo da reunião dos pares, embora haja esvaziamento no quantitativo de participantes nesses encontros, seja por questões de incompatibilidade de horários com outro vínculo, desmotivação e exercício de cargos de chefia na escola e/ou em outros setores, o que acaba inviabilizando uma melhor discussão/troca de conhecimentos.

METODOLOGIA

O trabalho aqui desenvolvido é qualitativo, que, segundo Gil (2002), tem caráter subjetivo diante do objeto estudado. A metodologia tem caráter exploratório, já que nos



baseamos em documentos normativos e orientadores de Aracaju que norteiam a política pública de formação continuada, usando como procedimento a análise documental.

A pesquisa exploratória será de base bibliográfica, o que auxiliará na compreensão da questão da formação continuada de professores e suas implicações no processo de ensino e aprendizagem. Como salientam Lakatos e Marconi (2001, p. 183), a pesquisa de cunho bibliográfico tem como finalidade “colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...]”. As referências de artigos, revistas e legislações pertinentes ao assunto tratado neste trabalho buscam auxiliar na compreensão sobre a temática discutida.

Foram pesquisados materiais produzidos pelos principais autores em relação à temática: Facundes e Viera (2022), Gatti (2008) e Nóvoa (2022), entre outros. Em relação a aspectos legais, a LDB e a legislação municipal de Aracaju sobre a formação continuada dos docentes, referente à atuação da Secretaria Municipal de Educação, também foram consultadas, assim como portarias e resoluções.

Segundo Gil (2002, p. 45): “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.” Assim, é possível, com a leitura dos artigos e documentos legais, analisar e discutir a temática da formação continuada de docentes.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Ao falarmos das constantes e fluidas mudanças do mundo atual que refletem no ambiente educacional, e ao percebermos o quanto isso implica na necessidade de um professor conectado a essas nuances, constatamos que propor mudanças ao docente por meio da oferta de cursos e minicursos, de debates e da possibilidade de cursos de pós-graduação só possui sentido se garantirmos o acolhimento dos saberes do professor nos momentos de autoformação.

A autoformação garante ao sujeito-professor (re)conhecer a sua identidade, já que ele traz dentro de si valores, crenças, ideais, e também observar e refletir sobre o seu fazer pedagógico. Uma atitude que não é tão simples, pois requer, por parte de cada um envolvido no ato de ensinar, reconhecer-se, pois muitas vezes desconhece-se sobre si mesmo. Facundes e Vieira (2022, p. 2) nos lembram que:



[...] cada professor possui uma abordagem de ensino e uma identidade, formadas a partir de crenças, ideais e valores nos quais ele acredita. Exigir do professor uma mudança de pensamento e de ações a exemplo do que ocorre comumente no início de cada ano letivo em formações continuadas oferecidas pela escola, é resumir a algo simples todo o complexo processo de ensino e aprendizagem e de formação do professor.

Logo, refletir sobre nossas ações enquanto docentes é algo que vai para além dos muros da escola, pois questões de ordem pessoal, social, política, econômica e linguística devem sempre ser analisadas para permitir o diálogo necessário entre teoria e prática, entre ensino e aprendizagem. No ato de autoformação nos processos educativos, conseguimos nos conhecer, conhecer o outro, possibilitando a construção de uma postura mais ética, flexível, reflexiva e sensível, o que permite constituir no ambiente escolar um coletivo mais dialógico e propício à construção dos saberes, sejam eles livrescos, sejam eles sociais.

Essa reflexão permite uma postura mais ativa do professor frente às reais necessidades de uma comunidade escolar. Por conta disso, a formação continuada, especificamente a promovida pelo Ceafe e pela Semed de Aracaju, é um espaço no qual o foco das ações se volta para atividades de cunho pedagógico. Tal espaço foi conquistado pelo magistério da rede municipal de Aracaju em 1988, através da Lei n. 1.350, que garantiu 12,5% da carga horária do professor para atividades de estudo, conquista ocorrida antes mesmo da LDB de 1996.

No início da década de 90, o Programa Horas de Estudo ganhou uma nova roupagem, já que a Secretaria Municipal de Educação estabeleceu um calendário de encontros com eventos voltados às cinco horas disponíveis para a formação continuada. Nos anos 2000, com a Portaria n. 29/2002, estabeleceu-se a determinação dos dias específicos e dos componentes curriculares para os encontros: segunda-feira (português, língua estrangeira e linguagem artística), terça-feira (geografia e história), quarta-feira (ciências e matemática), quinta-feira (educação física e religião).

Atualmente, os encontros ainda seguem essa organização com foco no desenvolvimento profissional, mas com pouco ou quase nenhum espaço para a autoformação. Ao analisarmos a Portaria municipal 313/2001, constatamos que ela normatiza as horas de estudos, relacionando tal teor ao momento das participações nas formações promovidas pela Semed de Aracaju, às ações desenvolvidas nas escolas ou aos estudos individuais. Entre as ações dessa proposta, ocorreram este ano: cursos a distância são ofertados no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e formação para docentes das salas de recursos multifuncionais referentes ao PAEE de Competências Digitais e Docência. Presencialmente, houve encontros voltados a compartilhar



as ações de língua portuguesa desenvolvidas nas unidades de ensino, dar orientações sucintas sobre a prova do SAEB, promover debates sobre a escola antirracista e incentivar o uso do telão digital em sala de aula, entre outras iniciativas com foco na formação técnica do docente.

O Ceafe tem como foco da formação técnico-pedagógica promover conhecimentos sobre os alunos; criação e gerência de espaços de aprendizagem; avaliação do desenvolvimento do educando; e participação na elaboração e atualização de projetos político-pedagógicos das escolas, entre outras ações similares. Esse rol acaba deixando de lado a tão necessária autoformação para a formação continuada do professor, causando uma baixa adesão ao programa por parte dos profissionais da rede. Isso implica uma formação que contribui pouco para o crescimento profissional e para a melhoria do ensino-aprendizagem.

Nóvoa (2022, p. 63) destaca a triangulação fundamental na construção de um professor autorreflexivo: universidades – professores – escolas. A relação entre universidades e escolas não garante um processo no qual o protagonista – o professor – seja compreendido como um ser com valores, crenças e identidades que interferem no processo de ensino-aprendizagem. O domínio de conhecimentos científicos e o (re)conhecimento da escola e de suas necessidades, quando não há espaço para a identidade do professor — que precisa se autoconhecer para se conectar ao universo educacional —, constituem caminhos que levam a uma educação continuada com baixo índice de sucesso e pouca adesão do professorado..

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação continuada de professores é uma política pública que visa à oferta de uma educação de qualidade na qual todos saibam ler, escrever, compreender, comentar e calcular, enfim, que possibilite a todos os estudantes o direito de aprender. Isso passa pela qualificação constante do educador que cada vez se vê diante de uma realidade que constantemente se modifica, inclusive no espaço escolar e na (re)construção do saber.

Diante disso, a formação continuada deve ir além de um espaço destinado à mera atualização de saberes técnicos — como estratégias de avaliação, uso de recursos tecnológicos ou aplicação de metodologias voltadas à transmissão de conteúdos científicos, especialmente aqueles relacionados à gramática e às práticas de uso da linguagem, como se observa no ensino da língua portuguesa. Centros de estudos voltados à formação continuada docente, como o Ceafe de Aracaju, vinculado à Semed, devem ampliar a sua prática de formação, considerando



que a autoformação do docente levará o professor a se conhecer enquanto ser social, com particularidades que interferem em sua prática. Por conta disso, necessita-se criar uma conexão entre sujeito (professor), saberes e escola para que dessa forma o docente possa ressignificar a sua prática educacional frente às constantes necessidades de atualização, com o objetivo de ser crítico-reflexivo e, conseqüentemente, ativo diante da sua comunidade escolar.

Tais ações contribuem para um ensino-aprendizagem que possa levar a uma qualidade da educação tão necessária aos nossos estudantes, principalmente na região Nordeste deste país que precisa cada vez mais melhorar as competências leitora e de escrita e o desenvolvimento científico-tecnológico da região. Os dados do Painel de Monitoramento do Plano Nacional de Educação (Inep, 2024) demonstram que o Nordeste avançou nos anos de estudo da população de 18 a 29 anos de idade, mas com números menores que as outras regiões: o Nordeste com média de 11,4, abaixo da nacional, que é de 11,9. Avanços significativos, como as altas notas no Ideb como acontecem no Ceará, são importantes para a região, mas os estados nordestinos ainda precisam melhorar os índices de concludentes do Ensino Fundamental, como se vê, por exemplo, no comparativo de porcentagens de alunos que concluem tal nível: Brasil (71,3%), Nordeste (62,4%) e Sergipe (51,6%).

REFERÊNCIAS

ARACAJU (Município). **Lei nº 1.350, de 20 de janeiro de 1988**. DISPÕE sobre a nova redação do Estatuto do Magistério do Ensino de 1º e 2º Graus do município de Aracaju, aprovado pela Lei nº 1082, de 24 de setembro de 1985, e dá providências correlatas. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/se/a/aracaju/lei-ordinaria/1988/135/1350/lei-ordinaria-n-1350-1988-dispoe-sobre-a-nova-redacao-do-estatuto-do-magisterio-do-ensino-de-1-e-2-graus-do-municipio-de-aracaju-aprovado-pela-lei-n-1082-de-24-de-setembro-de-1985-e-da-providencias-correlatas?q=1350>. Acesso em: 3 nov. 2025.

ARACAJU (Município). Secretaria Municipal de Educação (Semed). **Portaria nº 29, de 2002**. Estabelece o calendário e organização dos encontros de formação continuada dos professores da Rede Municipal de Ensino. Disponível em: <https://www.aracaju.se.gov.br/>. Acesso em: 3 nov. 2025.

ARACAJU (Município). Secretaria Municipal de Educação (Semed). **Portaria nº 313, de 2001**. Normatiza as Horas de Estudo dos docentes da Rede Municipal de Ensino de Aracaju. Disponível em: <https://www.aracaju.se.gov.br/>. Acesso em: 3 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 3 nov. 2025.



BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 3 nov. 2025

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Portaria nº 1.328, de 23 de setembro de 2011.** Institui a Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública. Disponível em: https://sead.ufba.br/sites/sead.ufba.br/files/006_portaria_mec_no_1.328_de_23_de_setembro_de_2011_que_institui_a_rede_nacional_de_formacao_continuada_dos_profissionais_do_magisterio_da_educacao_basica_publica_-_renafor.doc. Acesso em: 3 nov. 2025

FACUNDES, Juliana Leal; VIEIRA, Miliane Moreira Cardoso. Auto(formação) continuada de professores: contribuições e desafios. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, n. 84, p. 453-466, set./dez. 2022. Disponível em: <https://www.filologia.org.br/revista/84/art33.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2025

GATTI, Bernadete Angelina. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 57-70, jan./abr. 2008.

GATTI, Bernardete Angelina *et al.* **Professores do Brasil: novos cenários de formação.** Brasília, DF: Unesco, 2022. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000367919/>. Acesso em: 13 out. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Relatório do 5º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2024.** Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/relatorio_do_quinto_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_plano_nacional_de_educacao.pdf/. Acessado em: 23 out. 2025.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

NÓVOA, António. **Os professores e a sua formação.** Lisboa: Dom Quixote, 1992.

NÓVOA, António. **Professores: imagens do futuro presente.** Lisboa: Educa, 2022.

Ó, C. F.; SANTOS, C. V.; LORENZI, C. C. B. O conceito de política pública e política educacional: debates além da legislação. **Revista de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 27, n. 00, e023071, 2023. DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v27i00.18141/>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/18141>. Acesso em: 16 out. 2025.



SANTOS, Eressiely Batista dos Santos; SOUZA, Denize da Silva; VASCONCELOS, Carlos Alberto. PIBID e Concepções Pedagógicas: construção de estilo de pensamento a partir de debates coletivos e colaborativos. *In*: VASCONCELOS, Carlos Alberto; SILVA, Raquel Torres de Brito. **Abordagens Multifacetadas do Ensino**: investigações e experiências. Sobral: SertãoCult, 2024. p. 63-78.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

